INSTITUTO DE HUMANIDADES-IH
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Autora: Regina Nené Argentina Có[1]
Orientadora: Cristina Mandau Ocuni Cá[2]

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ENSINO-APRENDIZAGEM DE ESCRITA NA ESCOLA NACIONAL DE SURDOS E MUDOS DA GUINÉ-BISSAU, NA PRÁTICA DO/A PROFESSOR/A

Resumo:
O artigo discute a Educação Inclusiva na Guiné Bissau, visto que, ela pode ser compreendida como uma construção moderna que tem como a finalidade garantir o direito de todos/as à educação. Em especial, sobre a atuação da Escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau, fundada em 2006. A escola foi pensada pelo falecido Manuel Lopes Rodrigues e José Augusto Lopes, que foi presidente da Associação de Surdos da Guiné-Bissau e atual Diretor, trabalhavam juntos na escola Bengala Branca uma das escolas pioneira da educação especial na Guiné-Bissau. Tem-se como objetivo principal analisar a formação e metodologias utilizadas pelo/a docente que atua no ensino e aprendizagem de escrita junto aos estudantes surdos na Guiné-Bissau. Para tanto, foi utilizada a metodologia de pesquisa de abordagem qualitativa bibliográfica, utilizando diferentes literaturas que permite compreender e fazer uma análise crítica sobre a temática, bem como de estudo de caso, onde o pesquisador pode compreender problemáticas relacionadas a indivíduos, grupos sociais entre outros. Assim, realizamos a entrevista semiestruturada com os/as docentes que atuam na educação das pessoas com deficiência auditiva/surdez, através de questões abertas, permitindo que os entrevistados possam argumentar livremente sobre a temática. A pesquisa evidenciou a complexidade do ensino-aprendizagem da escrita para estudantes surdos - a formação dos professores, as metodologias utilizadas e os desafios enfrentados são aspectos interligados que influenciam diretamente a qualidade da educação oferecida.
Palavras-Chave: Educação inclusiva e deficiência auditiva; formação docente; ensino educacional na Guiné-Bissau.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo percorre sobre a temática da educação inclusiva, com foco no ensino-aprendizagem da escrita na Escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau.

Considerando-se a crescente necessidade de inclusão educacional, este trabalho, foi elaborado como parte das exigências para a conclusão do curso de Pedagogia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, no Ceará. Com isso, o estudo busca entender a formação docente e as políticas públicas para

[1] Estudante de Pedagogia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileiro UNILAB, e-mail: reginaneneargentina@aluno.unilab.edu.br
[2] Professora Dra., na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileiro UNILAB, e-mail: cristinamandau@unilab.edu.br

área de Educação Inclusiva na perspectiva da inclusão, com foco nas pessoas ou alunos com deficiência auditiva/surdas.

Discutir sobre o fenômeno da inclusão, é falar do interesse em se ter uma educação voltada à concretização do que está plasmada na Constituição da República da Guiné-Bissau, que em seu artigo 49º e seguintes cita-se: a garantia do acesso à educação para todos os cidadãos.

Desta forma, discute-se como este tema tem sido ou não realizado, por meio de políticas públicas, no que diz respeito à necessidade de uma melhor infraestrutura e acolhimento, que possibilite qualidade de vida social e cultural de todos os cidadãos, incluindo pessoas com deficiência. Assim, o estudo surgiu a partir do interesse a respeito da educação inclusiva, no quesito do ensino da escrita para as pessoas surdas, a partir da prática docente na Escola Nacional de surdos e mudos da Guiné-Bissau, tentando responder à seguinte pergunta: - De que maneira a formação profissional e as metodologias utilizadas por docentes que atuam na aprendizagem de estudantes surdos na Guiné-Bissau na Escola Nacional de Surdos e Mudos condiciona o ensino da escrita sob a perspectiva da educação bilíngue?

Alguns estudos, como os dados estatísticos das pessoas com deficiência, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP 2009) Guiné-Bissau, apontam desafios para a inclusão no país, entre eles: fraca frequência dessas pessoas no ensino escolar; o desestímulo familiar; a sociedade em geral e a própria política pública do país, levando-se a querer que muitas vezes, esses deficientes têm sido tratados como incapazes, sendo escondidos/as no meio social e distanciando-os da necessidade que têm para aprender e ensinar aos ditos “normais”.

Com isso, aponta-se a pertinência das políticas públicas voltadas à inclusão e permanência como fundamentais na inserção de pessoas com deficiência, em nosso caso, as auditivas, como sujeitos com possibilidades de se inserir no ensino e aprendizagem, a partir da prática pedagógica docente.

2. Discussões teóricas e metodológica sobre a política educacional guineense

Inicialmente, é importante localizar geograficamente a Guiné-Bissau, país onde foi realizada a pesquisa. A Guiné-Bissau, está dividido em nove regiões administrativas,

incluindo o setor Autónomo Bissau, que é a atual Capital do país. As regiões são subdivididas por setores administrativos, situados na Costa Ocidental da África, com aproximadamente dois milhões de habitantes, segundo o censo de 2009, realizado pelo INEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo da Guiné-Bissau). O país foi a primeira colônia portuguesa, no continente africano, a ter sua independência em 1973 e confirmada por Portugal em 1974. É um país com culturas diversificadas, composto por mais de 25 línguas étnicas, incluindo o crioulo uma das línguas falada por quase toda população, e o português como sua língua oficial, utilizada para o ensino escolar nas instituições públicas e em diversas atividades oficiais.

No segundo momento, situar de forma breve como se estrutura a educação formal na Guiné Bissau. A Guiné-Bissau foi um dos países da África que não tinha a educação escolar nos moldes que se conhece hoje, antes do período da colonização. A partir desse momento é que se fala da educação escolar, onde pode-se distinguir três fases importantes que nortearam este fenômeno: o período pré-colonial, período colonial e o período pós-colonial.

No período pré-colonial, os conhecimentos eram passados de geração em geração, através da oralidade, fenômeno que ainda se faz presente. Assim, a educação era não formal, porque não tinha um lugar específico, ou seja, uma instituição escolar. Pois, aprendiam a partir da prática ensinada pelos mais velhos, as práticas cotidianas, ligadas a agricultura, proteção do território, cultura, contação da história, entre outras que atendiam as necessidades do povo guineense, Francisco de Macedo (1977, p. 159 - 160) aponta que:

> [...] na Guiné-Bissau não havia escolas nem mestres no sentido clássico das palavras. Mas cada pessoa adulta, pelo seu trabalho, pelo seu comportamento, era um professor. A educação não era um campo especializado da atividade humana. Estava inserida na vida, na atividade de cada um. (...) a importância da educação tradicional como uma experiência de educação não-formal e também a pensar que um estudo analítico e crítico das tradições do povo da Guiné-Bissau pode enriquecer os métodos pedagógicos e os sistemas educativos atuais, reconhecendo valores e experiências que foram indevidamente postos de lado durante a dominação colonial.

No período colonial, com a chegada dos portugueses em 1446 e a chegada da missão católica, a partir dos séculos XVI-XVII, discute-se que esse movimento tinha como finalidade dominar e incorporar suas ideologias aos povos africanos, aliás, fazer com que eles/as se tornassem homens europeus (Pereira, 1977 *apud* Cá, 2000, p.7).

Argumenta-se que, essa estratégia da política portuguesa de implementar uma educação desproporcional no solo guineense foi para romper os costumes, as crenças, as

línguas do povo, mantendo o domínio e a dita civilização europeia, tido como o modelo transnacional. De acordo com, Cá (2000, p. 7):

> Com a dominação colonialista na Guiné, a cultura europeia cristã ocidental tentava penetrar na população por meio dos missionários, conforme os princípios de assimilação. A condição necessária para ter um cartão de identidade era saber ler em português e comportar-se como um civilizado. O crioulo, língua veicular do povo guineense, era proibido nas escolas e desprezado pelos portugueses.

Depois de um longo período, já para os séculos XIX-XX, começa a se ter inserção dos povos nativos originais[3] nas escolas, mas em menor parte. Com o passar do tempo, tem-se o processo de luta pela independência do país. Desta forma, surge o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde, o PAIGC.

O partido PAIGC começa a montar as escolas nas zonas libertadas durante o tempo da luta armada para a independência apesar de muitas dificuldades, escolas estas que tinham como prioridade combater o colonialismo e o analfabetismo.

O programa maior do PAIGC, elaborado naquele período, acentua a necessidade de reformar e reconstruir o sistema educativo. Entre os pontos mais importantes, pontua (Macedo,1977, p.166), encontravam-se os seguintes:

> - Reforma do ensino, desenvolvimento do ensino secundário e técnico, criação do ensino universitário e de institutos científicos e técnicos;
> - Erradicação rápida do analfabetismo; - Instrução primária obrigatória e gratuita;
> - Formação e aperfeiçoamento urgente de quadros técnicos e profissionais.

A educação pós-colonial em Guiné-Bissau começou a partir dos anos 1970, quando o país se aproximava de sua independência dos portugueses. A partir disso, tem-se a assinatura de convênios e tratados internacionais, para afirmar a educação escolar como uma instituição em prol do desenvolvimento do país, onde começam a se ter aulas que visavam formar os técnicos para reabilitar e romper com o modelo colonial. Conforme sustenta, Ocuni Cá (2005, p.10):

> A educação implementada na Guiné-Bissau no período pós-independência era vista como agente de institucionalização e fortalecimento do sistema político e econômico do país, o que nos permite fazer uma análise situacional das mudanças no sistema educacional guineense ao longo desse período.

[3] São as populações que já habitavam na Guiné-Bissau muito antes da chegada de colonizadores

De lá para cá, o ensino escolar na Guiné-Bissau, tem-se desenvolvido num contexto de grande complexidade, resultados das cíclicas crises políticas e econômicas, associada a descontinuidade governativa do estado. Percebe-se que os sucessivos governos têm enfrentados grandes complicações técnicas e incapacidade financeira para acionar mecanismo de investimentos e controle do sector educativo considerado prioritário para o desenvolvimento do país.

Sobre isto, pode-se apontar que o ensino escolar, não conseguiu cumprir o seu papel devido fatores de várias ordens: os problemas de gestão escolar, de infraestrutura e modernização do acesso e de qualidade: dos programas de ensino (obsoletos); disparidade dos conteúdos nas escolas; falta de professores qualificados para trabalhar com pessoas com deficiência auditiva; problemas de manuais escolares, entre outras dificuldades[4] (BARBOSA, 2004).

Neste contexto desafiador é que apontamos os debates sobre a política de inclusão na Guiné Bissau e os esforços para a alfabetização de surdos e surdas no país.

2.1. Política de inclusão na Guine Bissau

Para a pesquisa, interessa-nos discutir o conceito de Educação inclusiva, a partir da ótica governamental, para a partir daí traçar considerações ao seu alcance e limites. O país adota a denominação como Política Educacional para a inclusão de pessoas com deficiência, na Guiné-Bissau, como possibilidade de atender as demandas internacionais[5] sobre o tema.

De modo geral, as pessoas com necessidades especiais na Guiné-Bissau, durante muito tempo, foram deixadas à margem da sociedade, e só a partir dos avanços nas discussões sobre o tema e do processo de legalização, que se deu a partir dos anos 2000, que se percebe uma maior preocupação com o tema.

Esse debate ocorreu quando se deu a implementação da Lei de Base de Sistema Educativo (LBSE) na Guiné-Bissau, que buscou regulamentar o sistema educacional do

[4] A situação das cíclicas crises políticas e as sucessivas greves nas escolas públicas demonstra a realidade de tudo que foi mencionada em cima e o facto de mim mesma fazer parte desta sociedade tive a oportunidade de estudar na mesma situação, tudo isso explica que as políticas públicas precisam ser melhoradas.

[5] Aqui faço referência aos tratados internacionais assinados pelo país sobre o tema, a título de exemplo, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) assinado em 2013 e ratificado em 2014.

país. Assim, em 2011, o governo iniciou a política da Educação Para Todos (EPT), ano em que a realidade sobre a educação inclusiva foi se modificando.

Observa-se que, a Constituição da República de Guiné-Bissau, aprovada em 1984, já traz no seu artigo 49° inciso número 1 e 2, que: "todo cidadão tem o direito e o dever da educação; o Estado promove gradualmente a gratuidade e a igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos aos diversos graus de ensino" (Guiné-Bissau, 1984, p.15).

Porém, discutimos que se trata de uma cidadania sem levar em conta a dimensão de sexo, etnia, raça, cor ou as pessoas com outras deficiências, de forma mais evidente. O país terá esta preocupação, somente a partir do Plano Estratégico Nacional de Educação Inclusiva para a Guiné-Bissau - 2022 – 2028 (PENEI-GB), um documento elaborado pela UNICEF[6], Humanité & Inclusion[7] e Direção Geral da Educação Inclusiva na Guiné-Bissau, que estabelece os princípios e estratégias que visam à aceitação das diferenças individuais, à valorização da contribuição de cada pessoa, à aprendizagem através da cooperação e à convivência dentro da diversidade humana no país.

No plano, em diferentes momentos se explicita os desafios da educação guineense, em especial, sobre a educação de crianças com deficiência que se apresenta igualmente muito precária. O citado documento assinala que:

> Segundo a auscultação levada a cabo existem ainda práticas comunitárias de rejeição a crianças com deficiência (rejeição que pode chegar à eliminação física destas crianças), subtração destas crianças à vida comunitária, ausência de registo de nascimento, ausência de matrícula na escola, dificuldades no acesso físico à escola e inexistência de recursos pedagógicos específicos e ausência de políticas sistemáticas de apoio às escolas e à formação de professores, (PENEI – 2022-2028, p. 14).

Assim, observa-se que na Guiné-Bissau as pessoas com necessidades especiais, ainda enfrentam inúmeros desafios, que a cada vez exigem do estado a criação de políticas inclusivas sólidas e instituições que acolham pessoas nessas condições.

Apesar de ainda ser muito tímido e pouco notável, constata-se a existência do debate sobre este fenômeno há muito tempo no país, como a existência de algumas instituições de iniciativas privadas que trabalham com as pessoas portadoras de deficiência, a título de exemplo: Fundações, Orfanatos, Casa Emanuel, SOS, Escola Bengala Branca, Escola de surdos Mariposa "Duarte Vieira" e a Escola Nacional de Surdos e Mudos, uma

[6] Fundo das Nações Unidas para a Infância.
[7] (HI), anteriormente conhecida como Handicap International, é uma organização humanitária internacional imparcial que trabalha para ajudar pessoas com deficiência e indivíduos vulneráveis em situações de pobreza, conflito e desastres, promovendo a dignidade, os direitos e a inclusão social em mais de 60 países.

escola Semi-Publica a qual o Estado é responsável por colocar professores e os pais encarregados da educação responsabilizam da parte do transporte escolar, alimentação e todas as necessidades acadêmicas, com isso, acabam atuando onde o Estado não consegue.

Observa-se que de acordo com os dados estatísticos das pessoas com deficiência realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP, 2009), com o apoio financeiro da Plan Internacional[8], revelam que 57,4% da população com estas características em idade escolar se encontra fora do sistema de ensino.

Uma análise comparativa por sexo revela que as mulheres com deficiência são as mais desfavorecidas, pois representam cerca de 71,8% da população com deficiência que jamais frequentou um estabelecimento de ensino, contra 45,1% dos homens. Por outro lado, apenas 16,3% das mulheres que alguma vez frequentaram escolas contra 48,8% dos homens e, por fim, cerca de 8,8% das mulheres que estão a frequentar, contra 11,5% dos homens.

Estes dados de acesso à educação para as pessoas com deficiências no país, coletados por (INEP) e publicado pelo relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau em 2010/2012, possibilita-nos entender que, a política do Estado guineense, em particular, o órgão de Governo encarregado de implementar a política da inclusão na educação o Ministério de Educação Nacional tem dificuldades em contemplar iniciativas que visam incluir as pessoas com necessidades especiais nas escolas, mesmo que o país seja signatários de acordos internacionais sobre o tema. De acordo com Fontes (2009, p. 11):

> A educação inclusiva deve ser entendida como um continuum de inserção do aluno com necessidades educacionais especiais ao sistema de ensino regular o que pressupõe simultaneamente a adaptação da instituição e da filosofia escolar para receber esse aluno e a adaptação deste para ser incluído no processo educacional.

Neste caso, vale realçar a importância de promover o acesso à educação para todos no seu sentido concreto e efetivo, incluindo todo mundo, independentemente da sua condição e estado econômico, físico, social e cultural. A Guiné-Bissau, a partir do momento que assinou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 24 de setembro de 2013, que começou a vigorar no ano de 2014.

Diante desse quadro, vamos discutir a política direcionada às pessoas surdez, foco do estudo.

[8]A Plan International é uma organização humanitária e de desenvolvimento global, sem fins lucrativos ou filiação político-religiosa. Fundada em 1937, atua em mais de 80 países promovendo os direitos das crianças e a igualdade para as meninas.

2.2.Política voltada as pessoas com deficiência auditiva

De início, vale ressaltar que as nomenclaturas surdo/a e deficiência auditiva difere do ponto de vista da situação ou estado em que se encontra a pessoa, isto é, a surdez implica a incapacidade total ou profunda de ouvir. Enquanto, a deficiência auditiva tem a ver com a limitação parcial causada por alguma perda auditiva que pode ser tratada com os aparelhos.

De acordo com Brasil (2025, pág. 6), a pessoa com deficiência auditiva deseja permanecer no "mundo auditivo". Para isso, ela pode utilizar a leitura labial, audição residual, próteses auditivas, implantes cocleares, dispositivos auxiliares e outras tecnologias.

Na Guiné-Bissau, assim, como no Brasil, segundo os documentos da política educacional inclusiva, que se baseia em documentos internacionais, nota-se que o uso das expressões surdos/as e deficiência auditiva, seguem o mesmo entendimento.

Conforme apontado anteriormente, o país está com dificuldades em implementar a educação inclusiva, inclusive também as políticas públicas para desenvolver educação para todos, tendo em vista que muitos dos seus cidadãos ficam de fora do sistema educativo, incluindo-se às pessoas com deficiência auditiva.

Para Barros, (2018) *apud* Ialá, (2021, pág.12) vale destacar que foi iniciado a formação dos técnicos profissionais do Ministério da Educação e os docentes para o domínio da educação inclusiva. O pesquisador afirma que, em 2010, foi assinado um acordo tripartite com a finalidade de colocar os professores/as na sala de aula das escolas administradas pela Associação das Pessoas com Deficiência (ASGB)[9] e Associação Guineense de Reabilitação e Integração de Cegos (AGRICE)[10], felizmente, houve resultado favorável em que a própria escola formou o seu corpo docente – integrado pelas pessoas com deficiência. Estas organizações referidas são criadas com o intuito de exigir a proteção e a garantia dos direitos das pessoas com deficiências.

Desta forma, pode-se argumentar que o país está munido de normas e legislações que dão direitos às pessoas com deficiência tanto para igualdade humana ou social e quanto para sua inclusão escolar. Segundo Barretta e Canan (2012), no artigo intitulado

[9] Refere-se à Associação dos Surdos da Guiné-Bissau. A instituição atua na defesa dos direitos das pessoas com deficiência auditiva, mas a sua data exata de fundação não possui registro público oficial e das pessoas entrevistadas ninguém tem informação exata.

[10] A Associação Guineense de Reabilitação e Integração de Cegos (AGRICE) foi fundada em 3 de março de 1996.

“Políticas públicas de educação” ressaltam que não é suficiente a constituição de uma política educacional bem definida ou ter as normas bem elaboradas, o importante é trabalhar para que a política aconteça, contemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional.

Discute-se que os centros de formação de professores na Guiné-Bissau não têm disciplinas que discutam as possibilidades de inclusão das pessoas com deficiência auditiva por não terem recursos humanos nesta área, conforme afirma o autor do artigo intitulado “Políticas públicas para pessoas com deficiência na Guiné-Bissau” Janílson Carlos Nanque (2022), os docentes que atuam nesta área são formados por iniciativas próprias e pelo apoio das ONGs e comunidade internacional.

Percebe-se que o papel deste profissional é fundamental, pois, segundo Mendes de Oliveira (2014), o/a professor/a tem um papel promissor no processo de ensino e aprendizagem, visto que, ele é um mediador, facilitador e gerenciador do conhecimento, valorizando a experiência e o conhecimento internalizado de seu aluno/a na busca de sua formação como pessoa capaz de pensar, criar e vivenciar uma nova experiência, assim como, da formação de sua cidadania, não apenas aquele que detém a informação, ele ainda faz parte do processo pedagógico efetivo.

Dessa forma, Libânio (1998) *apud* Mendes de Oliveira, (2014, pág. 4), afirma que o professor/a medeia a relação ativa do aluno/a com a matéria, inclusive com os conteúdos próprios de sua disciplina, mas considerando o conhecimento, a experiência e o significado que o aluno/a traz à sala de aula, seu potencial cognitivo, sua capacidade e interesse, seu procedimento de pensar, seu modo de trabalhar.

Nesse sentido, o conhecimento de mundo ou o conhecimento prévio do aluno/a tem de ser respeitado e ampliado. Se isso diz respeito aos estudantes considerados normais, tem-se que o ensino e aprendizagem das pessoas surdas é um processo muito complexo, necessitando de tratamento diferenciado e especial, levando em consideração a demanda da circunstância.

Diante disto, pode-se afirmar que o processo de implementação do ensino inclusivo e adaptação da metodologia do ensino e aprendizagem de estudantes surdos/as, nos leva a discutir o bilinguismo, isto é, a necessidade de se ensinar e aprender a língua de sinais, para efetivar o processo de escrita para pessoas surdas na Guiné-Bissau, para tanto os/as professores/as necessitam ter uma formação desta linguagem. De acordo com Lacerda (2006, p. 163):

> O aluno surdo é usuário de uma língua que nenhum companheiro ou professor efetivamente conhece. Ele é um estrangeiro que tem acesso aos conhecimentos de um modo diverso dos demais e se mantém isolado do grupo (ainda que existam contatos e um relacionamento amigável). A questão da língua é fundamental, pois, sem ela, as relações mais aprofundadas são impossíveis, não se pode falar de sentimentos, de emoções, de dúvidas, de pontos de vista diversos. As entrevistas revelam que a relação do aluno surdo com os demais se limita a trocas de informações básicas, que são enganosamente "imaginadas por todos" como satisfatórias e adequadas. Ele, por não conhecer outras experiências, só pode achar que este ambiente em que vive é bom: tem amigos, vai à escola todos os dias, é bem tratado e tem intérprete. Todavia, tudo isso se mostra precário, longe daquilo que seria desejável para qualquer aluno de sua idade.

Por outro lado, este autor reforça que o ensino da língua de sinais também confere uma possibilidade de reconhecimento e identificação dos estudantes surdos/as:

> Outro ponto importante, no que tange às questões de desenvolvimento, é que o aluno surdo, como qualquer criança que frequenta o ensino fundamental, está em processo de desenvolvimento de linguagem, de processos identificatórios, de construção de valores sociais e afetivos, entre outros. É na escola que as crianças aprendem e aperfeiçoam formas de narrar, de descrever, modos adequados de usar a linguagem em diferentes contextos, ampliando seu conhecimento linguístico, e experimentam regras de convivência social, regras de formação de grupo e de valores sociais fundamentais para a adaptação da vida em sociedade. É também na escola que emoções e afetos são vividas de forma mais aberta, menos protegida, propiciando sucesso, insucesso, ciúmes, competição, raiva; sentimentos importantes de serem conhecidos e exercitados para o convívio social. Além disso, é nesta etapa da vida que os processos identificatórios se consolidam e o aluno surdo, sozinho no ambiente escolar, em sua condição de surdez, pode, por isso mesmo, enfrentar uma série de dificuldades.

A partir disto, entende-se que a figura do professor/a é muito importante no processo de ensino e aprendizagem, porque é orientador e mediador, levando os seus alunos/as a se compreenderem-se através das produções das metodologias e ensino dos sinais gestuais para a comunicação.

Na Guiné-Bissau o ensino de escrita para pessoas surdas é um assunto recente, visto que, o próprio sistema educativo está numa situação de precariedade o que dificulta ainda mais na execução dos processos.

2.3 Língua de sinais na Guiné-Bissau

Conforme encontrado em poucos materiais disponíveis sobre ensino e aprendizagem de pessoas surdas na Guiné-Bissau, um elevado número de pessoas (ouvintes) olha para pessoas com deficiência como aqueles que não podem frequentar escolas para aprender e produzir o conhecimento devido às suas limitações. Assim, os

deficientes perdem as oportunidades, porque as famílias se envergonham deles e os delimitam do meio social. Desta forma, pelo trato, torna-os insignificantes na família e sociedade. De modo que, eles perdem o espaço para demonstrar as suas capacidades de aprender e produzir em qualquer ramo da vida. Por outro lado, observa-se que a falta do método e as ferramentas como base fundamental que pudessem nortear a prática docente nas escolas para a materialização do processo de ensino e aprendizagem destas pessoas sustenta o ponto de vista culturalista da sociedade guineense de excluir mais ainda essas pessoas. Isto é, falta de materiais, falta de profissionais da área e falta de metodologias que atrai para aprendizagem.

Sobre isso, encontra-se o relato de Martins (2013, p. 67), que busca registrar os desafios da educação dos surdos/as, tendo-se algumas iniciativas para a produção de um material específicos para este público:

> Na Guiné-Bissau, eram muitos os surdos sem acesso à língua, à educação e mesmo ao registo da sua identidade. A partir de 2003, os surdos começaram a recorrer à escola de cegos, tendo ultrapassado em muito o número daqueles alunos. Em 2005, a escola de cegos percebeu que não tinha condições para ensinar surdos e pediu ajuda à Associação Portuguesa de Surdos (APS) que, por também não ter capacidade de apoio, ofereceu alguns materiais em LGP. Naquele mesmo ano, com a indicação da APS, viajaram para Bissau uma docente surda, Marta Morgado e uma linguista, Mariana Martins, para avaliar a situação dos surdos. Observou-se que os professores se comunicam com os surdos com base em gestos retirados do Gestuário, que, por serem visualmente estáticos, eram executados com pouco ou nenhum movimento. Vale ressaltar que as crianças e jovens surdos se comunicam entre si, embora a um nível ainda básico, num sistema visual codificado.

Para tanto, o referido autor indica que o conjunto de gestos existentes, mesmo que limitados, contribuíram para o exercício de se constituir uma linguagem própria na Guiné Bissau:

> Constatou-se que já tinham nomes gestuais e que os gestos nativos utilizados não tinham qualquer influência da LGP. Após uma seleção, pela expressão e domínio daquela comunicação gestual, juntou- se um pequeno grupo de surdos para se registarem alguns gestos básicos, num primeiro dicionário da sua Língua Gestual Guineense (LGG). O objetivo era fixar um primeiro momento linguístico, visto que ainda havia bastante oscilação nas produções gestuais. Os participantes discutiam o conceito e a forma para a sua representação linguística, tendo sido notória a economia do gesto final e a capacidade de segmentação no registo em fotografia. Como resultado deste trabalho, registaram-se 220 gestos. Em 2006, devido ao aumento exponencial dos alunos surdos foi criada a Escola Nacional de Surdos, que passou a utilizar salas em simultâneo, aproximando os turnos dos grupos de surdos para que desenvolvessem um maior contato. Ainda nesse ano, a docente surda e a linguista regressaram, mais uma vez como voluntárias, para voltar a juntar um grupo de surdos, agora alargado, com o objetivo de aprofundar o registo da LGG. Através da estimulação com imagens, conseguiram duplicar a coleta, desta vez em vídeo, para cerca de 500 gestos, e adequar o dicionário a uma

> utilização pedagógica, tendo sido bastante visível a evolução da língua em apenas um ano de convívio daquela centena e meia de surdos. Portanto, o processo do ensino evoluiu de tal forma devido ao grande esforço de associação mentora deste projeto.

Portanto, para Cabi & Timbane (2023), a concretização do processo de ensino e aprendizagem de escrita para pessoas com deficiência auditiva na Guiné-Bissau teve como processo o esforço de intervenção e apoio da comunidade portuguesa, através da docente surda e uma linguista, Marta Morgado e Mariana Martins. Como resultado disso, a Língua Gestual Guineense parece ter contribuído para atualizar seu uso para um grande número de pessoas surdas nas escolas, condição que este projeto pretende também perceber.

Desta forma, a partir da Escola Nacional de Surdos tem-se notícias de que se investiu no ensino Bilíngue e, sobretudo, nestes professores/os surdos que atuam nessa escola para dinamizar o desenvolvimento da língua gestual guineense nas escolas. Discute-se que esta ação pode ter contribuído para alterar os olhares para os surdos/as como incapazes, como se não tivessem direitos. Conforme pontuado, ao longo deste artigo, os direitos à educação desses estudantes eram discriminados, tendo em vista, que os surdos, em grande maioria, estavam quase como escondidos pelas famílias, não tinham cartão de identificação, portanto eram completamente ostracizados, no geral.

Neste sentido, pode-se discutir que, com a criação da Escola Nacional de Surdos, há de haver mudanças nessa mentalidade. Da mesma forma, que a criação da Associação de Surdos pode ter contribuído também, já que houve muita publicidade na rádio, na televisão, e mostraram que os surdos são capazes e têm direitos, mostraram que são pessoas iguais à todas as outras que podem ter um desenvolvimento. E o dicionário também ajudou bastante na divulgação dos termos e o instrumento para municiar os professores na prática pedagógica (CABI & TIMBANE, 2023).

Delimitado a abordagem teórica, para o estudo foi adotada a metodologia qualitativa bibliográfica (MINAYO, 2014)[11], para compreender e interpretar este fenômeno da educação inclusiva, focando em significados e contextos. Assim, se traz o uso de estudo de caso, cuja estratégia permite a compreensão de fenômenos de um determinado tempo e lugar, assim: “o pesquisador consiga compreender problemáticas relacionadas a indivíduos, grupos sociais organizações, programas, políticas, quando permite realizar análises amplas e significativas sobre o objeto de pesquisa (TOMES,

[11] A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes

MONTEIRO e MOURA, 2018, p. 2). Desta forma, efetuou-se entrevistas com alguns professores/as da Escola, permitindo uma compreensão profunda das estratégias utilizadas e dos desafios enfrentados por professores que atuam nesta área. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas[12], com a contribuição de educadores que atuam na Escola de Surdos com o uso de algumas questões, onde as respostas da entrevista foram enviadas e recebidas pelo WhatsApp.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Discutir sobre a temática educação inclusiva na perspectiva de formação e a metodologia do professor/a é essencial para entender como se dá o ensino-aprendizagem de estudantes surdos e mudos na Guiné-Bissau. Escola Nacional de Surdos e Mudos, uma instituição fundada pela Associação dos Surdos e Mudos de Guiné-Bissau, uma organização não-governamental sem fins lucrativos com personalidade jurídica e patrimonial, fundada em abril de 2000 e legalizada cinco anos mais tarde. A escola foi fundada em 2006 e inaugurada em março do ano 2014.

Buscamos compreender, a partir de entrevistas realizadas com professores, quais são as formações e as abordagens metodológicas adotadas por eles, bem como os desafios enfrentados na implementação de uma educação inclusiva e os resultados obtidos.

Realizamos entrevista com três professores, identificados como **P1, P2 e P3**, que trabalham no ensino-aprendizagem de escrita para pessoas surdas; e a técnica utilizada para o registro das informações foi a gravação e, posterior transcrição do áudio e também recebemos respostas por escritos. Após a apresentação da pesquisa, isto é, de quais são seus objetivos, foi solicitado aos entrevistados que assinassem um termo de consentimento, em que se comprometem a participar como sujeito potencial. A entrevista foi aplicada a partir de um pequeno número de perguntas, apenas algumas questões e tópicos foram pré-determinados possibilitando, assim, a formulação de outras questões durante todo o processo.

[12] Partindo da liberdade de expressão que permite o/a entrevistado/a fazer uma abordagem sobre o tema sem um esquema rígido de questões. Para Marconi e Lakatos (2003, p.195), "a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional".

As questões previamente formuladas foram[13]:

1- Relate qual é a sua formação acadêmica ou profissional e como ela se relaciona com a educação inclusiva? Houve alguma formação específica para trabalhar com a surdez?

   R: **P1**, afirma ter formação específica na área da educação especializada para o ensino dos surdos; **P2**, Médio em português e língua gestual guineense, intérprete e formador dos professores em língua gestual guineense e diz que sua formação acadêmica se relaciona com a educação inclusiva "através do domínio de comunicação com gesto e a metodologia recebida nas diferentes formações destinadas aos professores". Enquanto que o **P3**, respondeu que não tem formação especifica para trabalhar com surdos.

2- Fale um pouco sobre a história da fundação da Escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau, e como você chegou até esta instituição?

   R: **P1**, respondeu que a Escola Nacional de Surdos e Mudos é uma instituição fundada pela Associação dos Surdos e Mudos de Guiné-Bissau, fundada em 2006 e chegou ali a convite do seu amigo. **P2**, disse que chegou a escola através do amigo, mas já não trabalha ali, ele mudou da instituição.

3- Argumente com quais principais metodologias que você utiliza no ensino da escrita para alunos/as surdos?

   R: **P3,** "os principais métodos que eu utilizo no ensino da escrita para alunos/as surdos são: a própria escrita com imagens e gestos". **P2**, respondeu que para além de alguns materiais da escola, ele ainda utiliza alguns materiais reciclados para sua pratica pedagógica.

4- Quais recursos ou materiais didáticos você conta na instituição para trabalhar com estudantes surdos. Que outros você considera essenciais para o ensino de escrita?

   R: **P3,** "os recursos ou materiais que utilizo para educação de surdos são: dicionário de língua gestual guineense, cartazes, livros ilustrados e imagens. **P2**, respondeu que também utiliza desses mesmos materiais.

5- Descreva quais desafios você enfrenta na implementação das metodologias que você utiliza na prática diária com os estudantes surdos?

   R: **P2**, "são enormes, temos que ser dinâmicos para podermos passar informação aos alunos caso contrário não compreenderão nada durante a explicação, temos

[13] Nas perguntas, verão respostas de um ou dois professores porque as respostas se repetem, então achamos interessantes não ser repetitivo.

que desenhar, improvisar, reciclar os lixos só para fazer passar a mensagem pretendida, por isso concluo que os desafios são grandes, o professor de surdos tem que ser dinâmico e criativo".

6- Descreva quais são os principais resultados que você observa na aprendizagem da escrita dos alunos/as surdos?

R: **P1,** "é puder ver meus alunos a partilhar (conversar) com não surdos através de gestos e de serem compreendido e também de lhes ver ocupando lugares de destaque na função pública".

Dentre entrevistados, dois são professores da Escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau, um tem formação específica na área da educação especializada para o ensino dos surdos; e um não tem formação, mas é intérprete da língua gestual guineense para surdo porque teve o uso da escrita na sua formação de educação básica como uma das metodologias de ensino e participou de algumas formações intensivas particulares proporcionadas pelas ONGs- Organizações Não Governamentais que recebe sobre a língua gestual guineense.

O professor 3(três) é formado na língua portuguesa e língua gestual guineense, é intérprete e formador dos professores para inclusão, foi professor na Escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau.

O entrevistado **P1**, formado na área da educação especial pela universidade de Lisboa chegou a Escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau como professor a convite do Manuel Lopes Rodrigues ex-presidente do AGRICE e José Augusto Lopes Presidente da Associação de Surdos da Guiné-Bissau e atual Diretor da Escola Nacional de Surdos e Mudos, destaca:

> A utilização de sinais gestuais e canetas para a escrita convencional como métodos centrais, pois a comunicação visual é a principal forma de interação para alunos surdos, o uso de imagens coloridas e figuras para explicar conteúdo é fundamental e facilita a compreensão e a retenção de informações. (Entrevistado, P1, 12 minutos, 2025).

O **P2** formado no bacharelado em educação básica entende que "sua formação está relacionada à educação inclusiva, visto que aprendeu a partir da metodologia da escrita, um dos aspectos fundamentais para educação de surdos e lhe permitiu adquirir vários conhecimentos específicos acerca da inclusão, o principal método que ele utiliza para ensino-aprendizagem de surdos é a escrita e o gesto".

Para o aprendizado e o desenvolvimento das pessoas surdas, é preciso atentar-se a algumas especificidades, pois elas usam o sistema visual e espacial para a compreensão. Reis (2024) aponta que a educação inclusiva se fundamenta em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos, promovendo uma mudança pedagógica que possibilita transformações estruturais no sistema educacional, a ênfase em recursos visuais, como mencionado, permite que os alunos conectem conceitos abstratos a representações concretas, tornando o aprendizado mais significativo. Isso cria uma distinção entre o ensino regular e o especializado, o que traz desafios significativos para os professores que atuam no ensino-aprendizagem da escrita na Escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau conforme afirma o **P1:**

> Enfrentam desafios de materiais didáticos a necessidade de um projetor para a apresentação de imagens relacionadas à escrita, uma ferramenta que é essencial para a criação de um ambiente de aprendizado dinâmico e interativo, pois a falta de acesso a esses recursos tecnológicos limita a capacidade dos educadores de implementar metodologias diversificadas que poderiam enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. A escassez de professores especializados é uma preocupação persistente. A necessidade de ter dois profissionais na sala de aula—um intérprete e um professor que ensina a escrita oral—é essencial para a implementação de um ensino bilíngue que respeite tanto a língua de sinais quanto a língua escrita.

Segundo **P2** "a falta de equipamentos essenciais para educação de surdos e as dificuldades na implementação dos objetivos a médio e longo prazo que dizem respeito a educação de surdos e também os diferentes hábitos e comportamento destes estudantes". O **P3**, salienta que:

> Os desafios são enormes e difíceis de alinhar, pois no temos que ser dinâmicos para podermos passar informação aos alunos caso contrário não compreenderão nada durante a explicação, temos que desenhar, improvisar, reciclar os lixos só para fazer passar as mensagens pretendida, por isso concluo que os desafios são grandes. O professor de surdos tem que ser dinâmico e criativo.

Principais resultados para **P1** é a integração das pessoas surdas na sociedade e principalmente na vida profissional como professores e funcionários públicos e para **P2** quando vê seus estudantes surdos a escreverem palavras e praticando gestos de algumas imagens. O **P3** diz que após as avaliações finais de cada conteúdo abordado e vês a evolução acadêmica desses estudantes. A falta de apoio institucional e de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva na Guiné-Bissau foi um ponto crítico mencionado por todos os entrevistados, a ausência de diretrizes claras e de investimentos na formação de professores e na infraestrutura das escolas prejudica a efetividade de suas atividades como professores.

Entretanto, a pesquisa sobre a educação inclusiva na Escola Nacional de Surdos e Mudos da Guiné-Bissau evidenciou a complexidade do ensino-aprendizagem da escrita para estudantes surdos - a formação dos professores, as metodologias utilizadas e os desafios enfrentados são aspectos interligados que influenciam diretamente a qualidade da educação oferecida. Para que a educação inclusiva seja efetiva, é fundamental que haja um investimento em formação específica, na criação de materiais didáticos pedagógicos adequados e no fortalecimento de políticas públicas que promovam a inclusão. Lembrando que muitos profissionais da educação no país possuem formação acadêmica em educação, mas a formação específica voltada para a educação de surdos é, em geral, limitada temendo dizer que muitos não disponham da preparação especificada para tal, esse vazio na formação inicial é um ponto crítico, uma vez que a educação de surdos requer conhecimentos específicos sobre língua de sinais, aquisição de linguagem e metodologias de ensino adaptadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a discussão e compreensão da temática, torna-se evidente a conjuntura complexa e pluridimensional, onde a prática pedagógica dos professores é fundamental para o ensino-aprendizagem da escrita de estudantes surdos na Guiné-Bissau. Através das entrevistas realizadas, ficou patente que a formação dos professores e as metodologias que utilizam representam papéis essenciais na efetividade do processo educativo. As pessoas com limitações físicas se sentem desvalorizadas por falta de motivação dos familiares, da sociedade e do próprio Estado para encararem o desafio de assumir suas capacidades e sabedoria, isso em função de um sistema político que a princípio não favorece o setor educativo, de modo geral, na Guiné-Bissau.

Pois a realidade tem demonstrado que, os governantes guineenses sugerem limitações na implementação das políticas educacionais equivalentes à sua concretização, tendendo a colocar responsabilidades educativas sob os ombros dos docentes, esquecendo que, não criaram planos/políticas públicas sólidas para a educação escolar no país. Nessa ótica, o próprio estado pratica a exclusão das pessoas com deficiência, esquecendo que, estas fazem parte e podem contribuir para o desenvolvimento do mesmo, no entanto, para isso acontecer faz-se necessário investir em política de valorização e de inclusão que reconheça esse grupo e o trabalho árduo nas práticas dos docentes no processo educativo.

A formação dos professores é um dos pilares que sustentam a prática educativa. No contexto da Guiné-Bissau, muitos professores carecem de uma formação específica em educação de surdos e inclusiva, o que limita suas capacidades em atender as necessidades desse público alvo. Inicialmente, a formação do professorado, embora importante, não é suficiente para preparar os professores para os desafios que encontram em sala de aula, principalmente para educação de alunos surdos. A falta de disciplinas específicas sobre educação inclusiva na formação dos professores e de capacitação em Língua de Sinais Guineense é um entrave significativo que compromete a qualidade do ensino. É fundamental que haja um investimento em programas de formação que abordem as especificidades da educação de surdos e inclusive capacitando os professores para desenvolverem metodologias adequadas e eficientes.

Portanto, a educação inclusiva não deve ser vista apenas como uma responsabilidade das escolas, mas como um compromisso de toda a sociedade, é necessário que haja uma conscientização sobre a importância da inclusão e do respeito às diferenças, fomentando uma cultura de aceitação e valorização da diversidade, onde todos tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BARBOSA, Márcia Silvana Silveira. **O papel da escola**: obstáculos e desafios para uma educação transformadora. 2004. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6668/000488093.pdf . Acesso em: 18 de Outubro de 2025.

BARRETTA, E. M; CANAN, R. S. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e recuos a partir dos documentos Legais**. 2012. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/173/1 81 . Acesso em: 16 de Outubro de 2025.

BARROS, Débora da Silva *(et. al).* **Proposta de sequência didática de língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos do ensino fundamental.** 2022. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Linguagem, Cultura e Formação Docente) – Universidade Federal Rural da Amazônia. Tomé-Açu, PA, 2022. Disponível em: https://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/2495 . Acesso em: 25 de agosto de 2025.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2005). Decreto-lei n.º 5.626, janeiro de 2005.

CÁ, Lourenço Ocuni. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau.** 2005. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

CABI, Lucas Augusto; TIMBANE, Alexandre António**. A criação do primeiro Dicionário da Língua Gestual Guineense, um desafio linguístico.** (Entrevista). Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº Especial I, p.403-415, mai. 2023.

DE MACEDO, Francisco. A educação na República da Guiné-Bissau: o passado, as transformações do presente, as perspectivas do futuro. 1978. Disponível em: https://www.relaappe.fe.unicamp.br/pf-relaappe/macedo_1977.pdf Acesso em: 25 de Agosto 2025.

FONTES, Rejane de Souza. **Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva**. Junqueira & Marin Editores, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=gbN2DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA9&dq=quais+os+autores+que+definiram+a+educa%C3%A7%C3%A3o+inclusiva+e+como&ots=MimRF9Zwz_&sig=RusuThnT4QzwWaFNCxdrABlk00#v=onepage&q=quais%20os%20autores%20que%20definiram%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva%20e%20como&f=false. Acesso em: 24 de setembro de 2025.

GUINÉ-BISSAU; **Instituto Nacional de Estatística e Censos-INEC (Guiné-Bissau),** Guiné-Bissau Ministério da Economia (2010). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau#cite_note-9 Acesso em: 29 de novembro de 2025

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E ESTATÍSTICA -INEP. Terceiro Recenciamento Geral da População e Habitação de 2009. Disponível em: https://bit.ly/2L17gZt Acesso em: 29 de novembro de 2025.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cadernos cedes, v.26, p.163-184, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBNBcFc/?lang=pt&format= html**.** Acesso em: 24 de setembro de 2025.

MARCONI, M. de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7° Edição. São Paulo, Atlas, 2010.
MARTINS, Mariana; MORGADO, Marta. Guiné-Bissau: o nascimento da língua gestual. **Cadernos de Saúde**, v. 6, n. Especial. 2, p. 67-67, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/unicafe.labti41.002/localunicafe/Argentina/Downloads/3097-Outro-6398-1-10-20191119%20(4).pdf . Acesso em: 24 de setembro de 2025.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

NANQUE, Jailson Carlos. 16. **Políticas públicas para as pessoas com deficiência na Guiné-Bissau: Pulitikas publikas pa djintis ku tene difisiensia na Guiné Bissau. NJINGA e SEPÉ**: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras, v. 2, n. 2, p. 263-284, 2022. Disponível em: https://testerevistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1062 . Acesso em: 18 de Outubro de 2025.

OLIVEIRA, Wilandia Mendes. **Uma abordagem sobre o papel do professor no processo ensino/aprendizagem.** Resumo. Inesul, Londrina, 2014. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_28_1391209402.pdf . Acesso em: 24 de setembro de 2025.

REIS, Maria Leidiane Rodrigues Pereira. **A sala de recursos multifuncionais e o uso das tecnologias digitais: os desafios da educação de surdos no cenário atual.** 2024. Disponível em: https://repositorio.unimontes.br/bitstream/1/1697/1/Reis%2c%20Maria%20Leidiane%20Rodrigues%20Pereira_A%20sala%20de%20recursos%20multifuncionais%20e%20o%20uso%20das%20tecnologias%20digitais_2024.pdf Acesso em: 12 de Novembro de 2025.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU**. Plano Estratégico Nacional de Educação Inclusiva para a Guiné-Bissau 2022–2028**. Disponível em: https://www.unicef.org/guineabissau/media/2136/file/Plano%20Estrat%C3%A9gico%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva%20para%20a%20Guin%C3%A9-Bissau%202022%20%E2%80%93%202028.pdf Acesso em: 24 de setembro de 2025.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República**. Assembleia Nacional Popular. 1984. Disponível em: https://reformar.co.mz/documentos-diversos/constituicao- de-guine-bissau.pdf. Acesso em: 24 de setembro de 2025.
Skliar, Carlos. **A atualidade da educação bilíngue para surdos**. 1998. Disponível em: http://bds.unb.br/handle/123456789/963 Acesso em: 24 de setembro de 2025.

SILVA LOPES, Luísa et al. **A Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau: uma análise do processo de construção política.** 2014. Tese de Doutorado. Universidade de Aveiro (Portugal).

TOMES, Jiane Ribeiro; MONTEIRO, Luana; MOURA, Luiza Cristina S. G. de Azevedo. Estudo de caso: uma metodologia para pesquisas educacionais. **Ensaios Pedagógicos** (Sorocaba), vol.2, n.1, jan./abr. 2018, p.18-25.